

Concurso Público N° 56/CPIB/2023

Fornecimento de Eletricidade e Gás Natural em regime de mercado livre às instalações do Instituto Politécnico de Bragança

Programa do Procedimento

agosto de 2023

Campus de Santa Apolónia
5300-253 BRAGANÇA
Telef. 273 303249
Fax: 273 313607
Email: economato@ipb.pt

Índice

Artigo 1.º - Objeto de Concurso	3
Artigo 2.º - Entidade adjudicante.....	3
Artigo 3.º - Decisão de contratar	3
Artigo 4.º - Júri do procedimento.....	3
Artigo 5.º - Preço base	4
Artigo 6.º - Consulta e fornecimento das peças do procedimento.....	4
Artigo 7.º- Esclarecimentos, retificações e alteração das peças do procedimento ...	4
Artigo 8.º - Impedimentos	5
Artigo 9.º - Idioma dos documentos da proposta	6
Artigo 10.º - Apresentação de propostas variantes	6
Artigo 11.º - Prazo e modo de apresentação das propostas.....	6
Artigo 12.º - Prazo da obrigação de manutenção das propostas.....	7
Artigo 13.º - Documentos que constituem a proposta	7
Artigo 14.º - Critério de adjudicação	8
Artigo 15.º - Esclarecimentos a prestar pelos concorrentes	9
Artigo 16.º - Lista dos concorrentes e consulta de propostas apresentadas	9
Artigo 17.º - Relatório preliminar.....	9
Artigo 18.º - Audiência Prévia	10
Artigo 19.º - Relatório final	10
Artigo 20.º - Decisão de adjudicação.....	10
Artigo 21.º - Notificação da adjudicação e Documentos de Habilitação	10
Artigo 22.º - Documentos de habilitação	11
Artigo 23.º - Não apresentação dos Documentos de Habilitação	11
Artigo 24.º - Caução	11
Artigo 25.º - Aceitação da minuta do contrato	12
Artigo 26.º -Recurso ao Ajuste Direto	12
Artigo 27.º - Legislação aplicável.....	12
ANEXO II.....	15
ANEXO III.....	16

Artigo 1.º - Objeto de Concurso

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o fornecimento de Eletricidade e Gás Natural, aos diversos edifícios do Instituto Politécnico de Bragança, em regime de mercado livre para Portugal Continental.
2. O procedimento de contratação reveste a forma de concurso público com publicitação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2018, de 29 de janeiro, na sua redação atual.
3. O presente procedimento insere-se nos CPVs 009310000-5:(Eletricidade) e 09123000-7:(Gás Natural), a que se refere o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 74.

Artigo 2.º - Entidade adjudicante

A entidade pública contratante é o **Instituto Politécnico de Bragança**, Pessoa Coletiva n.º 600013758, com sede no Campus de Santa Apolónia 5300-253 Bragança – Telefone: 273303200; Fax: 273325405; *e-mail*: economato@ipb.pt, com horário de funcionamento das 9:00 às 12:30 horas e das 14:00 às 17:30 horas, todos os dias úteis.

Artigo 3.º - Decisão de contratar

A decisão de contratar é do Vice-Presidente do IPB, Sr. Professor Doutor Albano Agostinho Gomes Alves, nos termos da competência delegada no Despacho n.º 6708/2023, publicado no Diário da República – 2ª Série, n.º 119, de 21 de junho de 2023.

Artigo 4.º - Júri do procedimento

1. O concurso é conduzido por um júri, designado para o efeito de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 67.º do CCP, designado pelo órgão indicado na cláusula

anterior, composto em número ímpar, por um mínimo de três membros efetivos, um dos quais presidirá e dois suplentes, exceto quando tenha sido apresentada uma única proposta.

2. Ao abrigo do n.º 2 do artigo 69.º do CCP, é delegada no júri a competência para a prestação de esclarecimentos sobre as peças do procedimento, nos termos deste programa e do artigo 50.º do CCP.

Artigo 5.º - Preço base

1. Nos termos do artigo 47.º do CCP, o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar por todas as prestações objeto do contrato, incluindo possíveis renovações é de:

- a) Lote 1 CPV 09310000-5 – Eletricidade: €1.100.000,00 (Um milhão e cem mil euros);
- b) Lote 2 CPV 09123000-7: Gás Natural: €930.000,00 (Novecentos e trinta mil euros).

Artigo 6.º - Consulta e fornecimento das peças do procedimento

- 1. As peças que constituem o presente procedimento serão integralmente disponibilizadas, na plataforma eletrónica de contratação pública da ACIN-ICLOUD SOLUTIONS, LDA, acedendo-se através do endereço <https://www.acingov.pt>.
- 2. As peças do procedimento para o presente concurso público encontram-se igualmente disponíveis nas instalações do Instituto Politécnico de Bragança- Secção de Aprovisionamento, sito no Campus de Santa Apolónia 5300-253 em Bragança, onde podem ser consultadas durante as horas de expediente (das 9h às 12h30 e das 14h00 às 17h30) desde da data da publicação do anúncio até à data limite de apresentação de propostas.

Artigo 7.º - Esclarecimentos, retificações e alteração das peças do procedimento

- 1. No primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e

interpretação das peças do procedimento, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública. No mesmo prazo, os interessados devem apresentar à entidade adjudicante, através da plataforma AcinGov uma Lista de Erros e Omissões do Caderno de Encargos”, na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos por eles detetados e que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o concorrente não considere exequíveis;
1. O júri deve prestar os esclarecimentos solicitados até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação de propostas.
 2. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, não sejam por ele expressamente aceites.
 3. Dos esclarecimentos prestados e das retificações de erros ou omissões efetuadas, juntar-se-á cópia às peças patentes em concurso, sendo a sua existência comunicada aos interessados que procederam ao levantamento do processo de concurso e publicitada na plataforma eletrónica de contratação pública, de acordo com o artigo n.º 50º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 8.º - Impedimentos

1. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento as entidades que se encontrem em qualquer das situações de impedimento referidas no artigo 55.º do CCP.
2. A verificação de qualquer uma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, relativamente a qualquer dos concorrentes ou, no caso de agrupamentos concorrentes, a qualquer dos seus membros determina a imediata exclusão da

proposta apresentada, seja qual for a fase em que o procedimento se encontre e, quanto a agrupamentos, mesmo que a irregularidade não se verifique em relação aos demais elementos que os integram, sem prejuízo do disposto no artigo 55.º -A do CCP.

Artigo 9.º - Idioma dos documentos da proposta

No âmbito do presente concurso, todos os documentos entregues pelos concorrentes devem ser redigidos em língua portuguesa.

Artigo 10.º - Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 11.º - Prazo e modo de apresentação das propostas

1. As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados até ao **30.º dia** a contar da data de envio do Anúncio para o Diário da República, diretamente na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública, www.acingov.pt, disponibilizada pela empresa ACIN Icloud Solutions, Lda.
2. As propostas deverão ser apresentadas através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, diretamente na plataforma referida no ponto 1 (um), que emitirá aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo da receção de cada proposta com referência às respetivas data e hora de submissão.
3. A apresentação da proposta através do meio de transmissão escrita e eletrónica de dados descritos no número anterior deverá ser efetuada nos termos e condições previstos na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
4. A proposta e os documentos que a constituem devem ser assinados pelo representante legal do concorrente ou por procurador, através do recurso a uma assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos dos n.ºs 2 a 6 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
5. No caso de o concorrente ser um agrupamento de empresas, a proposta deve ser assinada pelo representante comum ou, não existindo este, por todas as pessoas

com poderes para obrigar todas as empresas que o compõem, nos mesmos termos indicados no número anterior.

6. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

7. Todos os documentos e informações exigidos por lei e/ou indicados neste programa de concurso, devem instruir a proposta sob pena de exclusão da mesma.

8. Os concorrentes deverão diligenciar em submeter a proposta e os documentos que a constituem atempadamente, para que a mesma seja rececionada antes do termo do prazo constante do n.º 1 da presente cláusula.

Artigo 12.º - Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Artigo 13.º - Documentos que constituem a proposta

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e as condições em que se propõe fazê-lo.

2. Para o efeito, a proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado nos termos do artigo 4.º do Artigo 11-º do presente programa e enviado juntamente com os restantes documentos da proposta.
- b) Documento(s) contendo os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar para cada Lote, elaborado nos termos do Anexo I do/s Lote/s a que concorre;
- c) Declaração com os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, relativamente aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule.

d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente;

e) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis aos esclarecimentos dos atributos da proposta.

3. Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do caderno de encargos.

Artigo 14.º - Critério de adjudicação

1. A adjudicação será efetuada por lotes, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade Monofator, correspondente à alínea b) do art.º 74.º do CCP, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço da energia que apenas depende dos concorrentes, sem considerar, portanto, outras formas de energia (reativa), custos de potência e outros custos (taxas, tarifas e impostos) previstos na lei.

2. A classificação dos concorrentes, para efeitos de adjudicação de cada Lote, será em função do valor obtido pela folha de cálculo "Anexo_I.xls", que estima o valor global da energia, por aplicação do preço proposto aos consumos reais de 2022, sendo ordenada em primeiro lugar a proposta de menor valor.

3. Depois de aplicado o critério descrito no número anterior e verificando-se empate, será adjudicada a proposta que apresente um valor mais baixo para o somatório das componentes em MT.

Se, mesmo assim, o empate persistir, o desempate será efetuado através de sorteio, em ato público, sendo convocados os concorrentes mediante notificação efetuada através da Plataforma Eletrónica ACINGOV com a antecedência mínima de 2 dias. O Júri elaborará a respetiva ata que documentará os trabalhos realizados e os resultados do sorteio, a qual se juntará ao processo e será divulgada a todos os concorrentes.

Artigo 15.º - Esclarecimentos a prestar pelos concorrentes

1. O júri do concurso pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes sobre as respetivas propostas fazem parte integrante das mesmas, desde que observadas as regras fixadas no n.º 2 do artigo 72.º do CCP.
3. Os esclarecimentos, referidos no número anterior, serão disponibilizados a todos os concorrentes na plataforma eletrónica de contratação.

Artigo 16.º - Lista dos concorrentes e consulta de propostas apresentadas

1. No dia seguinte ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, o júri procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, nos termos previstos no artigo 138.º do CCP.
2. Os concorrentes referidos no ponto anterior podem consultar, na plataforma eletrónica, todas as propostas apresentadas.
3. Os interessados que não tenham sido incluídos na lista de concorrentes podem reclamar desse facto no prazo de 3 (três) dias contados da sua publicitação, para o que devem apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta, seguindo-se os termos previstos no n.º 4 do artigo 138.º do CCP.

Artigo 17.º - Relatório preliminar

1. As propostas serão apreciadas pelo júri do concurso.
2. Após análise das propostas e aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação, por ordem decrescente, das propostas.
3. No relatório preliminar, o júri do concurso também propõe, fundamentadamente, a exclusão das propostas pelos motivos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º do CCP.
4. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.

Artigo 18.º - Audiência Prévia

1. Elaborado o relatório preliminar, o júri disponibiliza-o a todos os concorrentes na plataforma eletrónica de contratação, fixando-lhes prazo de 5 (cinco) dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
2. Durante a fase de audiência prévia, os concorrentes têm acesso às informações e comunicações escritas de qualquer natureza que estes tenham prestado, bem como às versões finais integrais das propostas apresentadas.

Artigo 19.º - Relatório final

1. Cumprido o disposto na cláusula anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri do concurso procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 148.º

Artigo 20.º - Decisão de adjudicação

Cumpridas as formalidades previstas para a fase da avaliação das propostas, a entidade competente procede à adjudicação da proposta hierarquizada em primeiro lugar.

Artigo 21.º - Notificação da adjudicação e Documentos de Habilitação

1. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de avaliação das propostas.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a Entidade Adjudicante notifica o Adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação.

Artigo 22.º - Documentos de habilitação

1. O concorrente a quem forem adjudicados os bens objeto deste procedimento deve apresentar, no prazo de 5 dias úteis após a receção da respetiva notificação de adjudicação, através de plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante:
 - a) Os documentos de habilitação referidos no n.º 1, do artigo 81.º do CCP, na sua redação atual, e no artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
 - b) Certidão comercial da firma devidamente atualizada, ou código de acesso para consulta da certidão permanente;
 - c) Identificação da(s) pessoa(s) que tomará(ão) parte na outorga do contrato como representante da firma (nome, domicílio profissional e documento comprovativo dos poderes de representação);
2. No caso desta se encontrar indisponível os referidos documentos devem ser enviados para o endereço de correio eletrónico a seguir indicado: economato@ipb.pt.
3. O Adjudicatário dispõe do prazo de cinco de 3 dias para supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, na sua redação atual.

Artigo 23.º - Não apresentação dos Documentos de Habilitação

A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a) No prazo fixado no presente programa do procedimento; ou
- b) Redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos noutra língua.

Artigo 24.º - Caução

1. Para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais contratuais, o adjudicatário deverá
2. prestar uma caução correspondente a 5% do preço contratual, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação prevista no número 2 do artigo 77º do Código dos

Contratos Públicos, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.

3. A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro - caução.

4. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 25.º - Aceitação da minuta do contrato

Após aprovação pelas Entidades Adjudicantes da minuta do contrato e da sua aceitação pelo Adjudicatário, nos termos dos artigos 98.º a 101.º do CCP, a Entidade Adjudicante notifica do local e data em que deve comparecer para a respetiva celebração.

Artigo 26.º - Recurso ao Ajuste Direto

A Entidade Adjudicante poderá recorrer ao procedimento por ajuste direto, ao abrigo do disposto no artigo 27.º, n.º 1, alínea a) do CCP.

Artigo 27.º - Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente procedimento, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovadas pelo D.L. 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, bem como as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza do serviço a contratar.

Lote 1 - ANEXO I

Procedimento Nº56/CPIB/2023

..... (empresa e sede), representada pelo seu gerente/administrador/procurador (nome, estado civil, nº do Bilhete de Identidade, data de emissão e arquivo de identificação, naturalidade e morada), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Programa de Concurso, relativo ao Fornecimento de Energia Elétrica às instalações do Instituto Politécnico de Bragança em regime de mercado livre para Portugal Continental, obriga-se a fornecer energia nos termos e condições previstas nas peças do procedimento, pelos seguintes preços unitários de energia ativa, em euros por kilowatt-hora, os quais não incluem o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor, mantendo a proposta válida por um prazo de dias.

Proposta de Preço de energia ativa €/kWh:

Tarifa de venda a clientes finais (€/kWh)	Todas as Horas	Super Vazio	Vazio	Ponta	Cheia
Preço de energia ativa proposto para BTN <= 20,7 kVA, Ciclo Simples	0,000000 €	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço de energia ativa proposto para BTN > 20,7 kVA, Ciclo diário-Tri-Horário	N/A	N/A	0,000000 €	0,000000 €	0,000000 €
Preços a praticar nos consumos dos períodos I e III (janeiro, fevereiro, março, outubro, novembro e dezembro)					
Preço de energia ativa proposto para BTE, Ciclo Diário - Tetra-Horário	N/A	0,000000 €	0,000000 €	0,000000 €	0,000000 €
Preço de energia ativa proposto para MT, Ciclo Semanal Normal - Tetra-Horário		0,000000 €	0,000000 €	0,000000 €	0,000000 €
Preço de energia ativa proposto para MT, Ciclo Semanal Opcional - Tetra-Horário	N/A	0,000000 €	0,000000 €	0,000000 €	0,000000 €
Preços a praticar nos consumos dos períodos II e IV (abril, maio, junho, julho, agosto e setembro)					
Preço de energia ativa proposto para BTE, Ciclo Diário - Tetra-Horário	N/A	0,000000 €	0,000000 €	0,000000 €	0,000000 €
Preço de energia ativa proposto para MT, Ciclo Semanal Normal - Tetra-Horário	N/A	0,000000 €	0,000000 €	0,000000 €	0,000000 €
Preço de energia ativa proposto para MT, Ciclo Semanal Opcional - Tetra-Horário	N/A	0,000000 €	0,000000 €	0,000000 €	0,000000 €

Nota: Preços devem ser apresentados com 6 casas decimais:
Células sombreadas de preenchimento obrigatório.

Data:

Assinatura (s)

Lote 2 - ANEXO I-**Procedimento Nº56/CPIB/2023**

..... (empresa e sede), representada pelo seu gerente/administrador/procurador
(nome, estado civil, nº do Bilhete de Identidade, data de emissão e arquivo de identificação,
naturalidade e morada), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Programa de
Concurso, relativo ao Fornecimento de Gás Natural às instalações do Instituto Politécnico de
Bragança em regime de mercado livre para Portugal Continental, obriga-se a fornecer energia
nos termos e condições previstas nas peças do procedimento, pelos seguintes preços unitários
de energia ativa, em euros por kilowatt-hora, os quais não incluem o Imposto sobre o Valor
Acréscimado (IVA) à taxa legal em vigor, mantendo a proposta válida por um prazo de 120
dias.

Proposta de Preço de energia ativa €/kWh:

Tarifa de venda a clientes finais (€/kWh)	Todas as Horas	Fora do Vazio	Vazio
Preço de energia ativa, 10 000 a 700 000 M3/Ano, Longas utilizações,	0,000000 €	N/A	N/A
Preço de energia ativa, 10 000 a 100 000 M3/Ano, Ciclo Mensal	N/A	0,000000 €	0,000000 €
Preço de energia ativa, 1 001 a 10 000 M3/Ano, Escalão 4	N/A	0,000000 €	0,000000 €

Nota: Preços devem ser apresentados com 6 casas decimais:
Células sombreadas de preenchimento obrigatório.

Data:

Assinatura (s)

ANEXO II**Modelo de declaração
[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

MODELOS PARA APRESENTAÇÃO DE CAUÇÃO

[a que se refere o n.º 5 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos]

A. MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO

Euro: €.....

Vai(identificação completa do adjudicatário), residente (ou com escritório) em ..., na .qualidade....., depositar na ... (sede, filial, agência ou delegação) da ... (instituição) a quantia de (por extenso, em moeda corrente) (em dinheiro ou representada por), como caução exigida para o Fornecimento de Energia elétrica às instalações do Instituto Politécnico de Bragança em regime de mercado livre para Portugal Continental, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 89º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito fica à ordem do Instituto Politécnico de Bragança, com sede em Campus de Santa Apolónia, 5300-253 Bragança, ao qual deve ser remetido o respetivo conhecimento.

(Data)

(Assinatura)

B. MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

O Banco com sede em [indicar sede] matriculado na Conservatória do Registo Comercial de [indicar local da Conservatória], com capital social de [indicar capital social] presta a favor de Instituto Politécnico de Bragança, garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de [indicar valor] correspondente a [percentagem] %, destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a [designação empresa adjudicatária] assumirá no contrato que com ela o Instituto Politécnico de Bragança vai outorgar e que tem por objeto o Fornecimento de Energia Elétrica às instalações do Instituto Politécnico de Bragança em regime de mercado livre para Portugal Continental.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação do Instituto Politécnico de Bragança, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que a [designação empresa adjudicatária] assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações activas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos.

Data:

O BANCO,

Assinatura

Com sede/agência em [indicar sede]

C. MODELO DE SEGURO CAUÇÃO

A companhia de seguros [designação da companhia de seguros], com sede em [indicar sede], matriculada na Conservatória do Registo Comercial de [indicar local da Conservatória], com capital social de [indicar capital social], presta a favor do Instituto Politécnico de Bragança, e ao abrigo de contrato de seguro – caução celebrado com [tomador do seguro], garantia à primeira solicitação, no valor de [indicar valor] correspondente a [percentagem], destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a [empresa adjudicatária] assumirá no contrato que com ela o Instituto Politécnico de Bragança vai outorgar e que tem por objeto o Fornecimento de Energia Elétrica às instalações do Instituto Politécnico de Bragança em regime de mercado livre para Portugal Continental.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia, no prazo de cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação do Instituto Politécnico de Bragança, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira a possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que a [empresa adjudicatária] assume com a celebração do contrato.

A companhia de seguros, não pode opor ao Instituto Politécnico de Bragança quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre este e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos.

Data

O BANCO/SEGURADORA
Com sede em [indicar sede]

OU

Agência de [nome e local do BANCO/SEGURADORA]

(Assinatura)

OBS: Qualquer rasura deve ser ressalvada e as assinaturas dos Diretores, ou quaisquer outras pessoas com poderes para obrigar, devem ser reconhecidas na qualidade do exercício.